

# Aprendizados da COP26 para a agropecuária brasileira

Rodrigo C. A. Lima<sup>1</sup>  
Leila Harfuch<sup>2</sup>

A 26ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP26), realizada em Glasgow, em novembro de 2021, traz importantes aprendizados para a agropecuária brasileira.

A primeira mensagem que emerge da COP26 é a movimentação dos países e de empresas em direção a metas de neutralidade de emissões que, na prática, exigem a adoção de ações que permitam reduzir e/ou sequestrar emissões de gases de efeito estufa (GEEs).

O Brasil oficializou sua meta de neutralidade até 2050 e anunciou uma nova meta, reduzir 50% das emissões até 2030, com base nos níveis de 2005, o que exigirá atualizar sua contribuição nacionalmente determinada (NDC) em 2022 (Brasil, 2021b). Esses passos colocam o País na direção correta diante das resoluções do Acordo de Paris, sempre tendo como objetivo limitar o aumento da temperatura global em, no máximo, 1,5 °C.

O principal desafio do Brasil para alcançar suas metas – e, indiretamente, da agropecuária –, é reduzir drasticamente a conversão ilegal de vegetação nativa. Em Glasgow, o Brasil se comprometeu a eliminar o desmatamento ilegal até 2028, não mais em 2030.

As emissões decorrentes do desmatamento e degradação crescem proporcionalmente ao aumento da conversão, que saltou para 13.235 km<sup>2</sup> entre 1/8/2020 e 31/7/2021 na Amazônia Legal (Inpe, 2021). Estima-se que mais de 90% dessa

conversão seja ilegal e que 70% das áreas desmatadas ocorram em áreas públicas.

Existem, de acordo com o Cadastro Nacional de Florestas Públicas de 2020 (Brasil, 2021c), 63,2 milhões de hectares de terras públicas não destinadas na Amazônia, o que abre margem para diversas ilegalidades. Sem endereçar os vetores que desmatam ilegalmente essas áreas – mineração, grilagem, exploração de madeira e até agricultura –, alcançar as metas brasileiras no Acordo de Paris será impossível.

Na COP26, foram anunciadas declarações multilaterais que visam reunir países com o propósito de trabalhar objetivos comuns na agenda climática. Diante de desmatamento, é válido citar duas iniciativas a que o Brasil aderiu: a *Glasgow Leaders' Declaration on Forests and Land Use* (UN Climate Change Conference UK 2021, 2021c) e o *Forest, Agriculture, Commodity Trade (FACT Dialog FACT)* (UN Climate Change Conference UK 2021, 2021b).

Além dessas, é válido citar a *US-China Joint Glasgow Declaration on Enhancing Climate Action in the 2020s* (Estados Unidos, 2021), pela qual os dois países ressaltam que não aceitarão comprar produtos que tenham origem em áreas ilegalmente convertidas, e a *Agricultural Commodity Companies Corporate Statement of Purpose* (UN Climate Change Conference UK 2021, 2021a), compromisso de tradings e frigoríficos brasileiros para eliminar o desmatamento nas suas cadeias produtivas.

<sup>1</sup> Sócio-diretor da Agroicone. E-mail: rodrigo@agroicone.com.br

<sup>2</sup> Sócia-gerente da Agroicone. E-mail: leila@agroicone.com.br

O desmatamento é uma pauta climática que expõe a agricultura brasileira, independentemente de o setor não ser o maior responsável pela conversão. Definir estratégias consistentes para reduzir drasticamente e coibir a conversão ilegal passa, cada vez mais, a ser uma condição de mercado para as exportações agropecuárias.

O anúncio dos EUA e da China traz a questão de como comprovar que os produtores não desmataram ilegalmente. Aí entra a urgente e necessária implementação do Código Florestal com a avaliação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o efetivo prosseguimento do processo de adequação para produtores que possuam passivos de Áreas de Preservação Permanente e áreas de Reserva Legal. O Código Florestal é uma condição para permitir separar o desmatamento legal do ilegal, tema mais do que relevante para as cadeias do agro nas suas relações comerciais.

Espera-se do Brasil, no Acordo de Paris e nessas iniciativas, ações contundentes para buscar eliminar o desmatamento ilegal e construir soluções que permitam gerar empregos, novos negócios e projetos associados ao uso sustentável dos recursos naturais.

Outra iniciativa anunciada na COP26 é a *Global Methane Pledge* (European Commission, 2021), compromisso voluntário que reúne mais de 100 países para aprimorar a mensuração das emissões de metano e o debate científico sobre o potencial de aquecimento global do metano, bem como reduzir, de forma conjunta, 30% de emissões de metano até 2030 – a meta não significa que cada país terá de reduzir 30% de suas emissões de metano.

O Painel Intergovernamental de Mudança do Clima (IPCC) destacou, em seu último relatório, *Climate Change 2021: The Physical Science Basis* (IPCC, 2021), crescimento mais rápido da concentração atmosférica de metano em 2014–2019 e avalia seu crescimento desde 2007, impulsionado pelas emissões de combustíveis fósseis e pela agricultura (dominado pela pecuária).

Para o IPCC (2021), no curto prazo (2021–2040), um aumento de 1,5 °C da temperatura da superfície global, em relação a 1850–1900 é muito provável de ocorrer. Estima-se que o nível de 1,5 °C será cruzado no início de 2030. Dessa forma, considerando o potencial de aquecimento global do metano, de 21 a 28 vezes o do CO<sub>2</sub>, reduzir as concentrações de metano é uma opção para conter, no curto prazo, o aumento da concentração dos GEEs.

A meta de metano exige destacar o Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária (ABC+), com vistas ao Desenvolvimento Sustentável (Brasil, 2021a), aprovado pelo Ministério da Agricultura e apresentado na COP26 como parte das estratégias brasileiras. O ABC+ representa um amplo amadurecimento do Plano ABC, que vigorou até 2020, e visa estimular o uso de inovação e tecnologias que permitam aumentar a produtividade, aprimorar o manejo, adotar medidas de adaptação e também reduzir as emissões de GEEs.

O ABC+ propõe um conjunto de Sistemas, Práticas, Produtos e Processos de Produção Sustentáveis (SPS<sub>ABC</sub>), incluindo a integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF), sistema de plantio direto, hortaliças, sistemas agroflorestais, irrigação, terminação intensiva de animais, fixação biológica do nitrogênio, recuperação de pastagens degradadas e florestas plantadas.

Fomentar a produção associada à conservação, decorrente do cumprimento do Código Florestal e da adoção de boas práticas produtivas, é o mote do ABC+, que pretende alcançar 72,68 milhões de hectares, com potencial de reduzir até 1,1 bilhão de toneladas de CO<sub>2</sub>eq até 2030 (Brasil, 2021a).

No Acordo de Paris, há 142 NDCs (United Nations Framework Convention on Climate Change, 2021b) que contemplam ações na agropecuária, considerando que se deve estar preparado para enfrentar os impactos do aumento de temperatura, mudanças abruptas dos padrões de

precipitação, estiagens e incidência de pragas, entre outros eventos climáticos extremos.

O Brasil levou para a COP26 o ABC+ como uma política ambiciosa que permitirá, até 2030, aprofundar inovações e o fomento de tecnologias essenciais para o futuro da agropecuária resiliente. A integração da agricultura familiar no ABC+, por exemplo, abrirá espaço para construir soluções que permitam incluir os pequenos produtores, agregando assistência e inovação como fatores essenciais para sua evolução.

As negociações sobre agropecuária, no âmbito do Trabalho Conjunto de Koronivia sobre Agricultura, permitiram evoluir considerando que inovação, tecnologia e financiamento serão determinantes para promover a agropecuária resiliente (United Nations Framework Convention on Climate Change, 2021a). Apesar de não ter criado um programa de trabalho ou mecanismo sobre como evoluir com ações de financiamento e adaptação, o que deverá ser definido em 2022 na COP27, a decisão de Koronivia reconheceu expressamente a agropecuária como solução para o enfrentamento do aquecimento global.

Práticas de manejo do solo, sistemas de gestão para promover a pecuária sustentável e o reconhecimento de que as dimensões socioeconômicas e de segurança alimentar são essenciais para lidar com as mudanças climáticas na agricultura e nos sistemas alimentares, suportar a inclusão de pequenos agricultores e fomentar sistemas agrícolas sustentáveis e resilientes ao clima são alguns dos ganhos do debate da agropecuária nos últimos anos na Convenção do Clima.

Além disso, as partes concordaram que avançar com o Trabalho Conjunto de Koronivia tem impacto nas entidades financeiras e pode ajudar a alinhar melhor as organizações internacionais e processos em seu trabalho sobre agricultura e mudança climática.

A visão de que inovação é a base para a relação entre agropecuária e mudanças climáticas também ganhou amplitude com o lançamento da *Agriculture Innovation Mission for Climate* (AIM for Climate, 2021). A iniciativa reúne mais

de 40 países e atores, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), para debater, construir e trocar experiências sobre inovação, tecnologia e aprimoramento da agropecuária.

Em 2022 as negociações de Koronivia devem evoluir, especialmente considerando que é preciso conectar transferência de tecnologia, adaptação e financiamento para permitir que as ações da agropecuária trazidas pelas NDCs sejam implementadas, especialmente em países em desenvolvimento.

Em âmbito interno, 2023 será fundamental para que os estados possam criar seus ABC+ estaduais, priorizando as metas e ações essenciais para potencializar a agropecuária regional de baixa emissão.

O financiamento público dedicado ao ABC+ também merecerá atenção. Diante de um cenário macroeconômico com taxa de juros básicas crescentes, junto com custos de produção elevados, o Plano Safra 2022/2023 terá de priorizar a alocação de recursos equalizáveis.

Há também o desafio de potencializar os sistemas, práticas e processos de baixa emissão de carbono na agropecuária e aumentar a resiliência produtiva.

O mercado financeiro tem cada vez mais alocado recursos para o setor, especialmente no custeio. A prioridade da política agrícola tem sido os pequenos e médios produtores rurais, no custeio e no investimento.

O ABC+ trouxe metas ambiciosas para o agro até 2030, e o caminho natural da política agrícola é priorizar a adoção e manutenção dos SPS<sub>ABC</sub>. Moderagro, Inovagro, Programa ABC, Pronaf, Pronamp, entre outros, devem ser voltados para estimular investimentos na agropecuária, pois isso é essencial para transformar a agropecuária e fortalecê-la diante dos impactos das mudanças do clima.

Proirriga no Programa ABC, Moderagro no Inovagro, novos subprogramas ABC para os novos SPS<sub>ABC</sub>. Isso pode ser o caminho a ser

trilhado, alavancando os recursos dos programas de inovação e tecnologias sustentáveis.

Vale também mencionar que Glasgow fortaleceu a visão de que é preciso agir e potencializar as ações climáticas, na medida em que elas proporcionam negócios, investimentos, agropecuária sustentável, novas fontes de energias renováveis, inovação, tecnologias e capacidade de implementar transformações motivadas pela mudança climática em todas as escalas.

A agenda climática é, prioritariamente, uma pauta econômica que envolve, além dos países, milhares de empresas, instituições financeiras, bancos multilaterais e de desenvolvimento regional, cidades, políticos, as novas gerações, e, de forma mais ampla, toda a sociedade, na medida em que os efeitos das mudanças do clima são cada vez mais sentidos em todas as regiões do planeta.

## Referências

AIM FOR CLIMATE. Agriculture Innovation Mission for Climate. Disponível em: <<https://www.aimforclimate.org>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária 2020-2030**: Plano Operacional. 2021a. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/arquivo-publicacoes-plano-abc/final-isbn-plano-setorial-para-adaptacao-a-mudanca-do-clima-e-baixa-emissao-de-carbono-na-agropecuaria-compactado.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para uma Estratégia Nacional para Neutralidade Climática**. 2021b. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/DiretrizesparaumaEstrategiaNacionalparaNeutralidadeClimtica.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Serviço Florestal Brasileiro. **Cadastro Nacional de Florestas Públicas - Atualização 2020**. Disponível em: <<https://www.florestal.gov.br/cadastro-nacional-de-florestas-publicas/127-informacoes-florestais/cadastro-nacional-de-florestas-publicas-cnfp/2050-cadastro-nacional-de-florestas-publicas-atualizacao-2020>>. Acesso em: 15 dez. 2021c.

ESTADOS UNIDOS. Department of State. **US-China Joint Glasgow Declaration on Enhancing Climate Action in the**

**2020s**. Disponível em: <<https://www.state.gov/u-s-china-joint-glasgow-declaration-on-enhancing-climate-action-in-the-2020s>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

EUROPEAN COMMISSION. [**Global Methane Pledge**]. Disponível em: <[https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/statement\\_21\\_5766](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/statement_21_5766)>. Acesso em: 15 dez. 2021.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Terra Brasilis**: PRODES (desmatamento). Disponível em: <<http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/map/deforestation>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

IPCC. Intergovernmental Panel on Climate Change. Summary for Policymakers. In: MASSON-DELMOTTE, V.; ZHAI, P.; PIRANI, A.; CONNORS, S.L.; PÉAN, C.; CHEN, Y.; GOLDFARB, L.; GOMIS, M.I.; MATTHEWS, J.B.R.; BERGER, S.; HUANG, M.; YELEKÇI, O.; YU, R.; ZHOU, B.; LONNOY, E.; MAYCOCK, T.K.; WATERFIELD, T.; LEITZELL, K.; CAUD, N. (Ed.). **Climate Change 2021: The Physical Science Basis**. [Cambridge: Cambridge University Press], 2021. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Disponível em: <[https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC\\_AR6\\_WGI\\_SPM\\_final.pdf](https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_SPM_final.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2021.

UN CLIMATE CHANGE CONFERENCE UK 2021.

**Agricultural Commodity Companies Corporate Statement of Purpose**. 2021a. Disponível em: <<https://ukcop26.org/agricultural-commodity-companies-corporate-statement-of-purpose>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

UN CLIMATE CHANGE CONFERENCE UK 2021. **Forest, Agriculture, Commodity Trade**. 2021b. Disponível em: <<https://ukcop26.org/forests-agriculture-and-commodity-trade-a-roadmap-for-action>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

UN CLIMATE CHANGE CONFERENCE UK 2021.

**Glasgow Leaders' Declaration on Forests and Land Use**. 2021c. Disponível em: <<https://ukcop26.org/glasgow-leaders-declaration-on-forests-and-land-use>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. **Koronivia Joint Work on Agriculture**: Draft text elements on the report on the intersessional workshop. 2021a. Disponível em: <<https://unfccc.int/sites/default/files/resource/KoroniviaElements.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. **Nationally determined contributions under the Paris Agreement**: Synthesis report by the Secretariat. 2021b. Disponível em: <[https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2021\\_08\\_adv\\_1.pdf](https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2021_08_adv_1.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2021.